**PROCESSO**: **n º** 2000 – 030772/2015

**INTERESSADO:** SESAU-DIRETORIA DE VIGILÂNCIA .

**ASSUNTO:** REQUERIMENTO

**DETALHES:** SOL. CONSERTO DE VEÍCULO

Trata-se do Processo Administrativo nº 2000 - 030772/2015, em 01 (um) volume, com 50 (cinqüenta) fls., que versa sobre o pagamento de conserto/reparo no veículo L-200 de Placa MUY-0118, através da empresa **Centro Automotivo Monam Ltda.-EPP** (CNPJ nº 09.002.715/0001-58), para atendimento das necessidades apresentadas pela sede do órgão referido. A solicitação de pagamento está orçada em **R$1.112,00 (um mil, cento e doze reais).**

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no art. 59, da Lei nº 8666/93. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fls.50), passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

**1 – FALTA DA APRESENTAÇÃO DAS CND´s VÁLIDAS ANTES DA CONTRATAÇÃO** - Verifica-se documento intitulado C.R.C – Certificado de Registro Cadastral, assinado pela técnica da SESAU, Tania Marcia Gomes Ribeiro, onde informa que os Certificados de Regularidade Fiscal e Trabalhista estão válidos, sem no entanto, apensá-los aos autos. Observa-se, ainda, despacho de lavra de servidora que responde pelo Setor de Cadastro, Averiguação de Preços e Regularidade de Empresas – SECAPRE, Janaína Lopes de Oliveira Pedroza, onde conclui que a melhor oferta para o erário foi da empresa **Centro Automotivo Monam Ltda.-EPP** (CNPJ nº 09.002.715/0001-58), que se encontra em situação de IDONEIDADE FISCAL REGULAR, com base no CRC emitido, sem apensar as CND´s. (fls. 12/13). Observa-se atualização do documento C.R.C – Certificado de Registro Cadastral, assinado pela técnica Kamilla Acioly de Araújo de Araújo, informando que os Certificados de Regularidade Fiscal e Trabalhista estão válidos, ainda sem apensá-los aos autos (fl. 24).

**2 –AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO –** Verifica-se que foi acostado aos autos a AUTORIZAÇÃO para aquisição, emitida pela gestora da SESAU a época (fls.22).

**3 – COTAÇÕES DE PREÇOS -** Verifica-se solicitação de cotação de preços realizada sempre nas mesmas empresas, fls. 07/11, quando analisamos os demais processos tendo o mesmo objeto, **quais sejam**:

**a) Centro Automotivo Monam Ltda.-EPP** (CNPJ nº 09.002.715/0001-58);

**b) Laser Peças e Manutenção Automotiva Ltda.** (CNPJ nº 01.7747.047/0001-75) e,

**c) NBC Nordeste Peças e Serviços Ltda.** (CNPJ nº 10.800.969/0001-09).

Em todos os processos, observa-se, ainda, que foi sagrada vencedora a Empresa **Centro Automotivo Monam Ltda.-EPP** (CNPJ nº 09.002.715/0001-58) fls. 11. Tais fatos revelam a inconcebível falta de atenção para com outros fornecedores, desta forma extingue uma maior oportunidade de concorrência, e comete a falta de transparência do processo.

**4 – NOTA DE EMPENHO SEM ASSINATURA DO GESTOR** - Destaca-se que a emissão da Nota de Empenho (**2016NE18584/2016NE18604**), às fls. 26/28, ***não possui assinatura da ordenadora de despesa,*** assim como não consta nos autos documento que evidencie a autorização para emissão de nota de empenho. Alerte-se, ainda, para a ausência de documento que ateste a condição de autoridade competente do então Gerente de Finanças, Helion Dionísio de Oliveira, possibilitando a prática de tais atos. Salienta-se que nos termos do art. 58 da Lei nº 4.320/1664, “***o empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição****”*.

A Lei nº 4.320/1664 define a liquidação de despesas como sendo *a verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.* Tal verificação deve-se apurar: a) a origem e o objeto que se deve pagar; b) a importância exata a pagar; c) a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

Ademais, a liquidação da despesa pública será processada com base nos seguintes documentos: I – contrato, ajuste ou acordo específico; II – nota de empenho; III – comprovantes do material ou da efetiva prestação dos serviços.

**5 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – Consta informações da dotação orçamentária a ser utilizada nas despesas, fl. 25.

**6 – DANFE/NOTA FISCAL** – Às fls. 38/39 dos autos apresenta-se a cópia das Notas Fiscais de Serviço nº 3450 e DANFE nº 6014, de 11/01/2017, da Empresa **Centro Automotivo Monam Ltda.-EPP** (CNPJ nº 09.002.715/0001-58), atestada pelo Servidor José Carlos Balbino Cavalcante, Assessor Técnico de Frota.

**7 – CERTIDÕES DE REGULARIDADE –** Em análise aos documentos apensados aos autos as folhas 33 a 37, observa-se Certidões de Regularidade da Empresa **Centro Automotivo Monam Ltda.-EPP** (CNPJ nº 09.002.715/0001-58) vencidas.

**8 – AUSÊNCIA DE CONTRATO –** Às fls. 45 verifica-se Despacho S/N, datado de 26/05/2017, de lavra da Assessora Técnica do Setor de Contratos, onde informa a INEXISTÊNCIA de contrato referente ao objeto em comento.

**9 - DO ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 51.828/2017 -** Observou-se o não cumprimento ao que determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.828/17, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

De toda a explanação e detalhamento processual, contidos no presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, alerte-se para a necessidade de informações, quais sejam:

**I - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**– Que a liquidação da despesa deve ser precedida da apuração da boa fé do particular contratado mediante instauração de processo administrativo, no âmbito da SESAU, em obediência ao art. 2º da Lei Estadual nº 6.161/2000 e da Seção III da Lei nº 8.666/1993.

**II - CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS** – Que, a conduta dos agentes públicos que, omissivamente ou comissivamente, tenha concorrido para a ocorrência da ilegalidade deve ser PREVIAMENTE investigada através de processo administrativo instaurado, nos termos das Leis nº 5.247/1991, nº 6.161/2000 e nº 8.666/1993, no âmbito da SESAU, onde se apurem e se imputem as respectivas responsabilidades**.**

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo que o processo evolua ao órgão de origem, para a solução das pendências processuais apontadas nas alíneas **“I” e “II”. Tão somente após o cumprimento das condicionantes apostas,** que seja realizado o pagamento a Empresa **Centro Automotivo Monam Ltda.-EPP** (CNPJ nº 09.002.715/0001-58)**.**

Maceió-AL, 17 de outubro de 2017.

Viviane Rocha Luna do Nascimento

**Assessor de Controle Interno/ Matrícula nº 114-7**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**